

TRABALHOS SELECIONADOS PARA PLENÁRIAS

EIXO TEMÁTICO: ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA



III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

A RELAÇÃO DO ÍNDICE DE INOVAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COM O ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)

Bianca Aparecida Grubert Gonçalves de Araújo, Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, SC, Brasil, bianca.grubert@gmail.com

Marjule Meriri Alberton, Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, SC, Brasil, marjulealberton@gmail.com

Maria José C. S. Domingues, Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, SC, Brasil, mariadomingues@furb.br

Carlos Eduardo Carvalho, Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, SC, Brasil, carlos.carvalho@unoesc.edu.br

Júlio César da Silva, Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, SC, Brasil, profjuliosilva72@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista o cenário de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), este artigo tem como objetivo verificar se existe relação entre o índice de inovação das universidades brasileiras e a pontuação obtida no Índice Geral de Curso (IGC), que é um dos componentes de avaliação institucional do SINAES. Para o alcance deste objetivo foi realizada a coleta de dados secundários e utilizado o teste estatístico de correlação de Pearson, por meio do *software SPSS Statistic*® 21, além de análises descritivas. A partir das análises foi evidenciado que o IGC e o índice de inovação apresentam alta correlação, sugerindo assim, que as universidades com um IGC alto tendem a gerar mais inovação, pois oferecem um ambiente propício ao desenvolvimento dessa atividade.

Palavras-chaves: Inovação; Desempenho; Ranking de Inovação; Índice Geral de Cursos; Universidades.

ABSTRACT

Bearing in mind the evaluation scenario of Higher Education Institutions (HEI) in Brazil, this article aims to verify if there is a relationship between the innovation index of Brazilian universities and the score obtained in the Course General Index (CGI), that is one of the components of institutional evaluation of SINAES (National System for Higher Education Evaluation). In order to reach this objective, secondary data were collected and Pearson correlation was used on SPSS Statistic® version 21. In addition, descriptive analyzes were conducted. The analysis reveals that CGI and innovation index have a high correlation, suggesting that universities with high CGI tend to generate more innovation, since they offer an environment that is conducive to the development of this activity.

Key-words: Innovation; Performance; Innovation Ranking; Course General Index; Brazilian Universities.

1. INTRODUÇÃO

A partir da criação do Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES, no ano de 2003, a avaliação institucional tornou-se obrigatória à todas as IES do Brasil, o que confere a essa avaliação a identificação de vantagens e fraquezas relacionadas às mesmas (SCREMIN; DALLACORT, 2015). Os índices relacionados ao SINAES envolvem o Conceito Preliminar do Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC), dados do censo. O ciclo do SINAES é trienal, contemplando os cursos que realizam o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano anterior a avaliação (BRASIL, 2016). Como uma das modificações na avaliação das instituições de ensino superior, surgiu o IGC, em 2008 (BARREYRO; ROTHEN, 2014). O objetivo deste índice é verificar a qualidade das IES em âmbito geral como infraestrutura, recursos didáticos e corpo docente (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

Informações relacionadas ao desempenho são utilizadas pelas organizações para orientar o planejamento e otimizar estratégias, aproveitar oportunidades, proteger-se de ameaças e compreender os resultados apresentados (SANTOS; CARNEIRO, 2013). Relacionado às IES, na última década, constatou-se um aumento considerável do número de sistemas de ranqueamento de universidades, com o objetivo de auxiliar a estipular objetivos que meçam o desempenho em relação a diversos indicadores (HAZELKORN, 2010; SANTOS; NORONHA, 2016).

O Ranking Universitário Folha (RUF) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita desde 2012. O presente estudo utilizará o indicador de inovação, que está inserido no RUF. O Índice de Inovação baseia-se nos pedidos de patentes das Instituições de Ensino Superior ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) entre os anos de 2005 a 2014, para apresentar um ranking de inovação das universidades (RUF, 2017).

Tendo em vista o contexto apresentado, foi elaborada a seguinte pergunta de pesquisa: O Índice de Inovação tem relação com o Índice Geral dos Cursos? Com isso, o presente estudo tem como objetivo verificar se existe relação entre o índice de inovação das universidades brasileiras e a pontuação obtida no Índice Geral de Curso (IGC).

A contribuição teórica deste estudo está em apresentar uma relação entre o Índice Geral de Cursos (IGC), informado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ranking de Inovação disponibilizado pela Folha de São Paulo no RUF. Visto que no levantamento da bibliografia existente nas bases de dados, em bases internacionais como o *Science Direct*, *Emerald Insight*, foram encontrados diversos artigos que tratam a temática sobre ranqueamento das universidades em âmbito de rankings mundiais relacionando com o desempenho da pesquisa universitária como nos estudos de Frenken, Heimeriks e Hoekman (2015). Ou ainda estudos relacionados com rankings de qualidade das universidades como nos estudos de Horstschräer (2012), estudos direcionado a avaliar as dimensões utilizadas para a classificação das universidades em rankings (ALMA; COŞKUN; ÖVENDIRELIC, 2016) e nos estudos de Daraioa, Bonaccorsi e Simar (2015) que abordam a criação de novos rankings universitários.

Já nas bases nacionais como o Google Acadêmico, foram encontrados estudos relacionados as formas de avaliação do ensino superior como nos estudos de Barreyro e Rothen (2014), Bittencourt, Casartelli e Rodrigues (2009), Scaglione e Costa (2011) e Lacerda, Ferri e Duarte (2016). Dessa forma, a contribuição do presente estudo está em verificar a relação entre o IGC e o RUF. Em relação as contribuições práticas, será possível a partir dos resultados apresentados, que os gestores universitários tomem decisões de modo a melhorar a qualidade dos cursos ofertados e também que tomem providências na melhoria do IGC da IES.

Este artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro deles, a Fundamentação Teórica, que abrange a Avaliação Institucional; Índice Geral de Curso (IGC) e Índice de Inovação. O segundo tópico, apresenta a Metodologia do estudo, no qual descreve-se os procedimentos metodológicos utilizados, seguida pela análise dos resultados, que é descrita no tópico três. Por fim, o tópico quatro apresenta as considerações finais do presente artigo, acompanhado das limitações do estudo. Finalizando, apresenta-se as referências consultadas que serviram de embasamento e fundamentação bibliográfica para construção deste artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordados os principais tópicos da pesquisa: Avaliação Institucional; Índice Geral de Curso (IGC) e Índice de Inovação. É prudente esclarecer que não se pretende esgotar os assuntos abordados, mas sim fornecer breve fundamentação aos tópicos apresentados.

2.1 SINAES E IGC

Com a criação do Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES, em 2003, a avaliação institucional passou a ser obrigatória para todas as IES do país. Com sua aprovação, a institucionalização dessa avaliação ocorreu por meio da proposta de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tendo como fundamentação três princípios filosóficos: integração, articulação e participação. Na integração, entende-se que é possível construir um projeto acadêmico apoiado na gestão democrática e autônoma. A articulação envolve o SINAES e o poder público na realização das avaliações. E por fim a participação, que consiste no envolvimento de todos os membros da comunidade acadêmica, como professores, alunos, funcionários além de egressos dos cursos (LEHFELD et al., 2010).

Essa avaliação pode ser vista como uma ferramenta de gestão, que permite identificar os pontos fracos e fortes das instituições e possibilita que a comunidade acadêmica consiga perceber qual é a realidade da instituição em termos de avaliação. Assim, as avaliações no ensino superior auxiliam na tomada de decisão tanto gerencial quanto pedagógica (SCREMIN; DALLACORT, 2015).

O SINAES é composto por três formas de avaliações, a avaliação das instituições (AVALIES), a avaliação dos cursos ofertados (ACG) e a avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE) (VERHINE, 2015). O principal objetivo do SINAES é gerar uma melhoria das instituições de forma geral, tanto em questões de estrutura quanto em pesquisas e qualidade dos cursos ofertados. Sendo assim, tem como instrumento de avaliação a auto avaliação, sob os cuidados das CPAs (Comissão Própria de Avaliação), a avaliação externa, feita por membros externos, censo da educação superior e o cadastro de cursos e instituições (BRASIL, 2016).

Desde sua criação, o SINAES sofreu algumas alterações, que são destacadas em três períodos. O primeiro compreende os anos entre 2004 à 2006, no qual a metodologia utilizada para seleção da amostra do ENADE foi fortemente criticada. O segundo período, entre os anos de 2007 à 2009, os alunos ingressantes não são mais selecionados para a realização do ENADE e ocorre a implantação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Curso (IGC). No terceiro período, entre os anos de 2010 à 2012, além das mudanças na composição da nota do CPC, no qual

não são mais incluídos as notas dos alunos ingressantes, ocorreram as modificações no instrumento de avaliação externa (LACERDA; FERRI; DUARTE, 2016).

A divulgação dos índices relacionados ao SINAES envolve o CPC, IGC e dados do censo. Esses dados são utilizados para a renovação de reconhecimento do curso e para credenciamento de cursos. O ciclo de SINAES é trienal, sendo que são contemplados os cursos que realizam ENADE em cada ano. Assim, com os resultados é possível traçar um panorama de qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior do Brasil (BRASIL, 2016).

O Índice Geral de Curso (IGC) surgiu em decorrência das modificações na avaliação das instituições de ensino superior. A criação deste índice aconteceu em setembro de 2008, seguindo a influência internacional da utilização de indicadores para avaliação do ensino superior (BARREYRO; ROTHEN, 2014). O objetivo deste índice é verificar a qualidade das IES em âmbito geral, como infraestrutura, recursos didáticos e corpo docente (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

O IGC considera a pontuação obtida em todos os cursos que são ofertados pela IES. Sendo composto por três indicadores, o primeiro é a média obtida no CPC, de todos os cursos de graduação da instituição, durante o último triênio de avaliação, levando em consideração o número de matrículas. O segundo indicador envolve os cursos de pós graduação *stricto sensu*, mestrados e doutorado, por meio da pontuação atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também considerando o número de alunos matriculados (BRASIL, 2015). No entanto, para as instituições que não ofertam cursos de pós graduação, o cálculo leva em consideração somente a média obtida no CPC (FRANCISCO et al., 2013). No terceiro e último indicador que compõem o IGC, tem-se a distribuição dos estudantes entre todos os cursos ofertados pela instituição (BRASIL, 2015).

A divulgação do IGC é feita anualmente, sendo que os resultados apresentados consistem em uma variável contínua entre 0 a 500 pontos. No entanto, com objetivo de classificação das IES, essa pontuação é transformada em números de faixa que estão entre 0 à 5, como pode ser visto na tabela 1 (HOFFMANN et al., 2014; LEPCHAK et al., 2016).

Tabela 1 – Distribuição do IGC

IGC (Faixa)	IGC (Contínuo)
1	$0 \leq IGC_{ies} < 0,945$
2	$0,945 \leq IGC_{ies} < 1,945$
3	$1,945 \leq IGC_{ies} < 2,945$
4	$2,945 \leq IGC_{ies} < 3,945$
5	$3,945 \leq IGC_{ies} \leq 5$

Fonte: (INEP, 2011)

As avaliações feitas pelo SINAES, incluindo o IGC, aplicam os conceitos ordenados de 1 a 5 para cada dimensão avaliada. Ao obter um resultado insatisfatório, ou seja, conceitos abaixo de 3, as IES devem firmar um protocolo junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), de melhorias a serem realizadas. O não cumprimento do protocolo resultará em penalidades, que vão desde suspensão de processos seletivos e ofertas de novos cursos até a cassação da autorização de funcionamento da IES (VERHINE, 2013).

Em suma, pode-se afirmar que o IGC é um indicador adotado para o ensino superior brasileiro que tende expressar em valores únicos a qualidade das instituições de ensino superior do país, tanto as públicas quanto as privadas (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009). Assim sendo, é possível organizar as IES em formato de ranking para verificação e comparação das instituições em termos de qualidade. No entanto, a única vez que a divulgação em formato de ranqueamento foi feita pelo governo, foi no ano de 2008 (BARREYRO; ROTHEN, 2014).

2.3 RUF E ÍNDICE DE INOVAÇÃO

Na última década, constatou-se um aumento considerável do número de sistemas de ranqueamento de universidades, fenômeno que tem despertado interesse entre os estudiosos da área de educação e de outros atores envolvidos no sistema de ensino superior. Anualmente, vários tipos de *rankings* universitários são atualizados e publicados por órgãos governamentais, instituições acadêmicas, revistas e jornais, tornando-se tema de debate e de interesse em âmbito mundial (SANTOS; NORONHA, 2016).

Os rankings apresentam utilidade a partir do momento em que políticos os utilizam regularmente como uma das medidas da força econômica e das aspirações do país, universidades

podem utilizá-los para auxiliar a estipular objetivos que meçam o desempenho em relação a diversos indicadores, e professores valem-se dos mesmos para fortalecer a reputação profissional e o *status* (HAZELKORN, 2010; SANTOS; NORONHA, 2016).

O RUF é uma avaliação do ensino superior do Brasil feita pela Folha desde 2012, de forma anual. Na edição de 2016 há dois produtos principais: o ranking de universidades e os rankings de cursos. No ranking de universidades, estão classificadas as 195 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. Já no ranking de cursos é possível encontrar a avaliação de cada um dos 40 cursos de graduação com mais ingressantes no Brasil como administração, direito e medicina, a partir de dois indicadores: ensino e mercado. Destaca-se que em cada classificação, são considerados os cursos oferecidos por universidades, por centros universitários e por faculdades (RUF, 2017).

Em relação aos indicadores, no ranking de universidades, o indicador de pesquisa considera o número de pesquisas científicas publicadas pela IES em 2011 e 2012 nos periódicos indexados na base "*Web of Science*". O Indicador de Internacionalização, engloba a quantidade de citações dos trabalhos da universidade feitas em artigos de grupos de pesquisa internacionais em relação ao número de docentes da mesma instituição, em 2013. O Indicador de Inovação, leva em conta o número de pedidos de patentes pela universidade ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) entre os anos de 2005 a 2014.

O Indicador de Ensino, está relacionado com os Avaliadores do MEC, que em pesquisa pelo Datafolha no ano de 2015, contou com 726 professores escolhidos pelo MEC para analisar a qualidade de cursos superiores. Esses profissionais foram ouvidos sobre os três melhores cursos do país em áreas no qual são responsáveis pela avaliação. Por fim, no indicador de Mercado de Trabalho, a pesquisa Datafolha ocorreu com 2.222 responsáveis pela contratação de profissionais no mercado (empresas, consultórios médicos, academias, hospitais, firmas de construção civil, dentre outros), em 2015. Os entrevistados listaram três instituições cujos alunos teriam preferência numa eventual contratação (RUF, 2017).

Ressalta-se que o presente estudo utilizará o indicador de inovação, que está inserido no Ranking de Universidades do RUF. Trabalhos como os de Frenken, Heimeriks e Hoekman (2015), Horstschräer (2012) e Daraíoa, Bonaccorsi e Simar (2015) também abordam a temática dos rankings universitários, porém com foco em desempenho das IES de maneira geral, não incluindo o ranqueamento das universidades em desempenho de inovação.

Fagerberg (2003) afirma que inovação não é um fenômeno novo, sendo tão antiga quanto a própria humanidade. Diversos conceitos sobre inovação podem ser encontrados na literatura. Para Garcia e Calantone (2002), Fagerberg (2003) e Arbix (2010), a inovação se refere a uma primeira comercialização de uma ideia ou projeto. Segundo Damanpour e Evan (1984), a inovação pode ser entendida como uma resposta da organização ao meio no qual está inserida, favorecendo assim mudanças na estrutura e nos processos organizacionais. No entanto, a maioria das definições sobre o tema compartilham o conceito de que inovação implica na adoção de algo novo, seja um produto, processo ou serviço (JIMENEZ-JIMENEZ; SANZ-VALLE, 2011).

O presente estudo utiliza o Manual de Oslo da OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, como fonte de referência básica para descrever a inovação no nível da organização. A inovação é conceitualizada pelo referido manual como a implementação de um produto ou serviço, processo ou método, de forma totalmente nova ou melhorada (OECD, 2005). Nesse contexto a inovação pode ser compreendida como a utilização de uma invenção em algo prático, novo ou melhorado, que associado às tecnologias existentes resulta em algo de valor para o negócio (SANTOS; CARNEIRO, 2013).

Segundo a OECD (2005), existem quatro tipos de inovação: de produto, de processo, organizacional e de *marketing*. Inovações de produto englobam mudanças significativas, bens e serviços totalmente novos e aperfeiçoamentos relevantes nas potencialidades de produtos e serviços. Inovações de processo abrangem mudanças significativas nos métodos de produção e distribuição. As inovações organizacionais referem-se à implementação de novos métodos organizacionais, como mudanças nas práticas de negócios e na organização do local de trabalho. Por fim, as inovações de *marketing* envolvem a implementação de novos métodos como por exemplo mudanças no *design* do produto e na embalagem. A inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, inclusive em serviços governamentais como saúde e educação (OECD, 2005).

As inovações podem ser diferenciadas conforme o grau de mudança comparados aos produtos e processos já existentes. De maneira geral, a natureza das inovações tende a uma categorização dicotômica, englobando inovações radicais e incrementais. Enquanto as inovações incrementais possuem baixo grau de novidade quando comparados com a versão anterior do produto

ou processo, as inovações radicais referem-se ao elevado grau de novidade, capazes de romper as trajetórias existentes (GARCIA; CALANTONE, 2002; LIN; CHEN, 2007).

Evidencia-se que as organizações buscam manter ou melhorar o nível de desempenho (DAMANPOUR; EVAN, 1984). A inovação, gerada em âmbito cada vez mais globalizado, destaca-se como uma das mais relevantes fontes que conduz ao bom desempenho (LIN; CHEN, 2007; ARBIX, 2010; SANTOS; CARNEIRO, 2013). A literatura, porém, apresenta resultados variados. Por exemplo, enquanto estudos como o de Bowen, Rostami e Steel (2010), Jimenez-Jimenez e Sanz-Valle (2011) e Karabulut (2015) apontam para evidências positivas dessa relação, estudos como o de Santos et al. (2014) e Terra, Barbosa e Bouzada (2015) sugerem relações não-significativas.

Informações relacionadas ao desempenho são utilizadas pelas organizações para orientar o planejamento, otimizar estratégias de modo aproveitar oportunidades, resguardar-se de possíveis ameaças, além de contribuir para compreensão dos resultados apresentados. A inovação é percebida como instrumento relevante nas estratégias de crescimento das organizações, de modo aumentar a participação de mercado, fornecer vantagem competitiva e melhorar o desempenho organizacional (SANTOS; CARNEIRO, 2013).

O Manual de Oslo (OECD, 2005), destaca a dificuldade de mensurar um processo dinâmico como a inovação. Não existe consenso quanto a sua operacionalização, a literatura disponibiliza sobre o tema inúmeras medidas de desempenho, como por exemplo, quantidade de publicações, número de cientistas, gastos com P&D, lançamento de novos produtos, dentre outros, porém nenhuma isoladamente, é capaz de abranger todos os aspectos relevantes do desempenho organizacional (BOWEN; ROSTAMI; STEEL, 2010; SANTOS; CARNEIRO, 2013; DONOSO, 2016; HUANG; CHEN, 2016). Dessa forma, é possível utilizar-se de diversos tipos de indicadores como forma de mensurar inovação, conforme os objetivos específicos de cada estudo e as informações a serem coletadas (TERRA; BARBOSA; BOUZADA, 2015).

Para Donoso (2016), as patentes são as principais fontes de dados sobre inovação. De fato, patentes são informações públicas e disponíveis. O autor esclarece que como a maioria das inovações acontece fora do sistema de patentes, sendo que patentes e inovações diferem em qualidade, complexidade e impacto em cada mercado, existe uma preocupação em relação as patentes tornarem-se um indicador imperfeito sobre a atividade inovadora do país. Isso se deve ao fato, por exemplo, de muitas inovações ocorrerem em segredo e não serem patenteadas, logo, essas inovações não são mensuradas (DONOSO, 2016). Porém, ressalta-se que as patentes apresentam o resultado direto das invenções que se destinam a serem usadas comercialmente, bem como informações referente a taxa de atividade inventiva. As patentes são um meio de proteger invenções originais (SANTOS et al., 2014; HUANG; CHEN, 2016).

O sistema de patentes causa diferentes efeitos sobre os setores organizacionais. Com frequência, as características de instituições nacionais favorecem setores específicos que se enquadram melhor às particularidades das instituições. Dessa forma, em alguns países, determinado setor torna-se predominante porque as instituições nacionais daquele país produziram um ambiente mais adequado para o mesmo (TERRA; BARBOSA; BOUZADA, 2015).

Donoso (2016), ainda afirma que as atividades mais inovadoras tendem a ocorrer nos laboratórios de P&D, organizações governamentais e universidades. Como já citado, de fato, um dos meios mais consolidados para se medir inovação são as patentes. O ranking de inovação RUF (Ranking Universitário Folha), por exemplo, utiliza-se desse meio para ranquear as universidades em termos de inovação, considerando o número de patentes dessas Instituições.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O delineamento desta pesquisa enquadra-se em descritiva quanto aos objetivos e apresenta abordagem quantitativa. Caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois tem planos estruturados para medir as características da amostra selecionada que possam ser descritas por meio de uma questão de pesquisa (HAIR, et al., 2005). Ou seja, busca caracterizar a relação do Ranking de Inovação das universidades brasileiras (RUF) com o Índice Geral de Cursos (IGC).

Com relação aos procedimentos, realizou-se a coleta de dados secundários. Os dados sobre o Ranking de Inovação RUF, referente ao ano de 2015, foram levantados em consulta diretamente no site do RUF. Já os dados sobre o Índice Geral dos Cursos (IGC), também referente ao ano de 2015, foram levantados em consulta direta no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no qual os dados são disponibilizados pelo próprio órgão.

A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2017, e representa corte transversal. A coleta de dados em formato transversal, refere-se a coleta realizada em um determinado período de tempo, com dados coletados uma única vez (HAIR et al., 2005). A abordagem da pesquisa é quantitativa pois é um dos meios de testar as teorias objetivas e examinar a relação que existe entre

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

as variáveis. Essas variáveis podem ser medidas por instrumentos para que os dados numéricos possam ser estatisticamente testados (CRESWELL, 2010).

O universo da pesquisa é composto por todas as universidades brasileiras, no entanto a amostra é composta por todas as universidades listadas no ranking de inovação RUF, no qual totaliza 121 universidades. Considerou-se somente as universidades que apresentaram conceito, tanto no RUF como no IGC, as demais IES foram eliminadas. Optou-se por utilizar somente os dados referente ao ano de 2015 para a realização da análise, visto que as informações do IGC sobre o ano de 2016 não foram disponibilizadas até o momento da pesquisa.

Os dados foram analisados por meio do teste estatístico Correlação de Pearson, com a utilização do *software SPSS Statistic*© 21. A correlação corresponde a uma associação numérica entre duas variáveis, não sendo necessariamente uma relação de causa e efeito. Sendo assim, a Correlação de Pearson, serve para descrever uma correlação linear de dados quantitativos (BARBETTA, 2003).

4. ANÁLISE E RESULTADOS

Para realização das análises, foram tabelados os dados referentes ao IGC, que representa o desempenho das IES em qualidade dos cursos, com os dados do Índice de Inovação, que mede o quanto as IES são inovadoras com base nos pedidos de patentes. A partir disto, foi possível testar a correlação desses dados por meio da correlação de Pearson. Após o teste de correlação, foram analisadas as dez primeiras e as dez últimas universidades classificadas, tanto no Ranking de Inovação como no Índice Geral de Cursos.

O teste de correlação de Pearson, tem como objetivo verificar se o Índice Geral de Curso e o Ranking de Inovação, disponibilizado pelo Ranking Universitário Folha (RUF), apresentam correlação. Como resultado da análise, a correlação entre essas duas variáveis apresenta significância. Esse fato pode se afirmar em função do teste de correlação de Pearson com os dados deste estudo, apresentarem p-valor de 0,000 e grau de relacionamento entre as variáveis de 68,5%, o que representa um percentual considerável, dado que, quanto mais próximo de 1 melhor o grau de associação entre as variáveis. Essa porcentagem de correlação é positiva e altamente significativa, pois o p-valor é menor que 0,05 (CORRAR; PAULO; FILHO, 2007). Tendo em vista o resultado deste teste, pode-se dar continuidade nas demais análises.

Tabela 2 – Ranking de Inovação: 10 primeiras colocadas

Posição RUF	Nome da Universidade	UF	Indicador de Inovação	IGC faixa	Pública Privada
1º	Universidade de São Paulo (USP)	SP	4		Pública
2º	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	3,97	5	Pública
3º	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	3,93	5	Pública
4º	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	3,9	4	Pública
5º	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	3,87	5	Pública
6º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	3,84	5	Pública
7º	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	SP	3,8	4	Pública
8º	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	3,77	5	Pública
9º	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	3,74	4	Pública
10º	Universidade de Brasília (UNB)	DF	3,7	4	Pública
11º	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	3,67	4	Pública

Fonte: (RUF 2015 e IGC 2015)

Como pode ser visualizado na tabela 2, referente ao índice de inovação, as dez primeiras classificadas são universidades públicas, com pontuação em inovação entre 3,67 a 4, sendo a pontuação máxima 5. Ao observar o indicador de inovação juntamente com o IGC, pode-se perceber que as dez primeiras universidades além de apresentarem alto índice de inovação, também apresentam alto conceito no IGC. Essa informação condiz com os estudos de Bowen, Rostami e Steel (2010), Jimenez-Jimenez e Sanz-Valle (2011) e Karabulut (2015), que relacionam positivamente

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

a inovação com o desempenho. Verifica-se também que essas universidades são de iniciativa pública, sendo 50% delas localizadas no Sudeste representando a maioria, seguida de 30% localizadas na região Sul, e Centro-Oeste e Nordeste aparecem com apenas uma universidade cada.

Nota-se que há uma concentração no Sudeste e Sul de universidades bem posicionadas no IGC e com índice de inovação alto, bem como 100% são universidades públicas. Ressalta-se que a Universidade de São Paulo (USP) é a que obteve maior índice de inovação, obtendo a primeira posição. No entanto, por não apresentar conceito no Índice Geral dos Cursos, essa instituição não está contemplada nas análises seguintes.

Sobre as dez últimas universidades listadas no ranking de inovação, todas apresentam a mesma pontuação de 0,72 no indicador de inovação, conforme a tabela 3. Destas, 70% são instituições privadas e apenas 30% são universidades públicas. Concentram-se a maioria no Sudeste, representando 50% das dez últimas colocadas, seguidas do Sul com 30% e Norte com 20%.

Tabela 3 – Ranking de Inovação: 10 últimas colocadas

Posição RUF	Nome da Universidade	UF	Indicador de Inovação	IGC faixa	Pública Privada
101º	Universidade Vila Velha (UVV)	ES	0,72	3	Privada
101º	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	AM	0,72	3	Pública
101º	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	RS	0,72	4	Pública
101º	Universidade de Taubaté (UNITAU)	SP	0,72	3	Privada
101º	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	PA	0,72	3	Pública
101º	Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)	RS	0,72	3	Privada
101º	Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS)	MG	0,72	3	Privada
101º	Universidade Feevale (FEEVALE)	RS	0,72	4	Privada
101º	Universidade Guarulhos (UNG)	SP	0,72	3	Privada
101º	Universidade São Francisco (USF)	SP	0,72	3	Privada

Fonte: (RUF 2015 e IGC 2015)

Constata-se que nem sempre o desempenho obtido no IGC, reflete em maior índice de inovação, como pode ser observado especialmente nos casos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e da Universidade Feevale (FEEVALE). Este fato condiz com o resultado obtido no teste de correlação, que ao apresentar 68,5% de correlação entre o IGC e o Índice de Inovação, demonstra a existência de universidades que não apresentam bom desempenho nos dois índices, como no caso das IES citadas (UERGS e FEEVALE), no qual apresentam bom resultado em apenas um dos índices.

Nesse caso, essa constatação das dez últimas avaliadas, está de acordo com os estudos de Santos et al. (2014) e Terra, Barbosa e Bouzada (2015), que apontam que relações entre inovação e desempenho podem não ser significativas. Ainda na tabela 3, pode-se observar que as notas do IGC dessas duas universidades são mais altas do que o índice de inovação.

Ao reorganizar o ranking de inovação com base nas notas do IGC, verifica-se que as cinco primeiras IES, com IGC 5, são as que se encontram entre as dez primeiras colocadas no ranking de inovação, conforme tabela 4. A maior alteração acontece na oitava e na nona posição, que pelo ranking de inovação se encontravam em 34º e 50º posição. Sugere-se assim, que as IES que possuem IGC maior, tendem a oferecer um ambiente mais propício ao desenvolvimento de inovação, corroborando com o estudo de Terra, Barbosa e Bouzada (2015), que afirmam que um ambiente propício tende a promover inovação.

Tabela 4 – Ranqueamento com base no IGC: 10 primeiras colocadas

Posição IGC	Posição RUF	Nome da Universidade	UF	Indicador de Inovação	IGC faixa	Pública Privada
1º	2º	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	3,97	5	Pública
2º	3º	Universidade Federal de Minas	MG	3,93	5	Pública

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Posição IGC	Posição RUF	Nome da Universidade	UF	Indicador de Inovação	IGC faixa	Pública Privada
		Gerais (UFMG)				
3º	5º	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	3,87	5	Pública
4º	6º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	3,84	5	Pública
5º	8º	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	3,77	5	Pública
6º	15º	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	3,54	5	Pública
7º	16º	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	MG	3,51	5	Pública
8º	34º	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	SP	2,92	5	Pública
9º	50º	Fundação Universidade Federal do Abc (UFABC)	SP	2,39	5	Pública
10º	4º	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	3,9	4	Pública

Fonte: (RUF 2015 e IGC 2015)

Outra alteração relevante ocorreu com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que de quarto lugar no ranking de inovação passou para o décimo em IGC. Ainda observando a tabela 4, é possível verificar que as universidades com maior IGC, assim como as que apresentam alto índice de inovação, são 100% públicas e estão distribuídas no Sudeste (70%) e no Sul (30%).

Tabela 5 - Ranqueamento com base no IGC: 10 últimas colocadas

Posição IGC	Posição RUF	Nome da Universidade	UF	Indicador de Inovação	IGC faixa	Pública Privada
112º	101º	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	SC	0,72	3	Privada
113º	101º	Universidade de Itaúna (UI)	MG	0,72	3	Privada
114º	101º	Universidade Fumec (FUMEC)	MG	0,72	3	Privada
115º	101º	Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)	MG	0,72	3	Privada
116º	101º	Universidade Vila Velha (UVV)	ES	0,72	3	Privada
117º	101º	Universidade de Taubaté (UNITAU)	SP	0,72	3	Privada
118º	101º	Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)	RS	0,72	3	Privada
119º	101º	Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS)	MG	0,72	3	Privada
120º	101º	Universidade Guarulhos (UNG)	SP	0,72	3	Privada
121º	101º	Universidade São Francisco (USF)	SP	0,72	3	Privada

Fonte: (RUF 2015 e IGC 2015)

Pertinente as dez últimas colocadas no IGC, apresentadas na tabela 5, todas as instituições apresentam o índice mínimo de inovação de 0,72 dentre as universidades listadas no RUF. As dez últimas colocadas, pertencem ao setor privado, ao contrário do que acontece com as dez primeiras universidades, e estão distribuídas entre as regiões Sudeste e Sul, com 80% e 20% de representatividade, respectivamente.

Ao analisar a representatividade dos estados brasileiros no RUF e no IGC das dez primeiras colocadas (tabela 2 e 4), verifica-se que o estado de São Paulo contém o maior número de universidades mais bem colocadas em ambos os rankings (30%), seguido pelo estado de Minas Gerais (20%). Nota-se que 50% das universidades mais bem colocadas de todo o país em ambos os rankings, estão concentradas nos estados de SP e MG. Os outros 50% estão distribuídos entre os estados de Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro com 10% cada e Distrito Federal e Bahia com 5% de representatividade cada.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Referente ao RUF e IGC dos dez últimos colocados (tabela 3 e 5), os estados que apresentam os maiores números de IES nas últimas posições estão distribuídos entre São Paulo (30%), Minas Gerais (25%) e Rio Grande do Sul (20%), totalizando assim 75% da distribuição estadual entre os últimos colocados. Os 25% restantes estão distribuídos entre os estados de Espírito Santo (10%) e Santa Catarina, Amazônia e Pará com 5% de representatividade cada.

A representatividade dos estados de São Paulo e Minas Gerais em ambas análises e comparações, se justifica em função de que São Paulo é o estado que mais possui universidades listadas no ranking de inovação, com 21 universidades. Seguido por Minas Gerais com 19 universidades e Rio Grande do Sul com 17 universidades. Salienta-se que os estados do Amapá, Rondônia e Roraima não apresentam universidades listadas no ranking de inovação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado pode-se identificar que uma das formas de controle da qualidade do ensino superior brasileiro é por meio das avaliações institucionais. O SINAES surgiu com uma forma abrangente de avaliação, incluindo a avaliação dos cursos por meio dos CPC's, avaliação dos discentes com o ENADE e avaliação das IES de forma geral com o IGC.

Além da avaliação institucional, realizada pelo Ministério da Educação, outras instituições também buscam avaliar as universidades brasileiras. O RUF, busca ranquear as universidades com base nas pesquisas realizadas, ensino, atuação dos alunos no mercado de trabalho e inovações desenvolvidas pela universidade. No caso do ranking de inovação, este é elaborado baseado nos pedidos de patentes realizadas pelas universidades. Esse ranking também avalia os cursos ofertados pelas universidades.

Os dados coletados durante o estudo destacam que as universidades que apresentam melhor desempenho nos dois rankings são de iniciativa pública (tabela 2 e 4). A partir dos resultados obtidos nas análises foi possível responder a pergunta de pesquisa proposta neste estudo de forma positiva. Isso porque os rankings de inovação e os dados do IGC apresentam uma correlação altamente significativa, de 68,5%. Com isso, o objetivo do estudo em verificar se existe relação entre o índice de inovação das universidades brasileiras e a pontuação obtida no Índice Geral de Curso (IGC) também foi alcançado.

A correlação do Ranking de Inovação com o IGC, pode ser explicada pelo fato de que as universidades que apresentam alto IGC, possivelmente dispõem de melhor qualidade em infraestrutura, recursos didáticos e corpo docente, disponibilizando assim um ambiente mais propício para gerar inovação. Tendo em vista que as universidades que apresentam IGC 5 tem as maiores pontuações no índice de inovação.

Autores como Bowen, Rostami e Steel (2010), Jimenez-Jimenez e Sanz-Valle (2011) e Karabulut (2015), realizaram estudos com foco na relação da inovação com o desempenho das organizações. Terra, Barbosa e Bouzada (2015), apresentam estudos que relacionam o ambiente organizacional como um dos fatores facilitadores para a criação da inovação. Este estudo contribuiu teoricamente apresentando uma relação entre o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Ranking de Inovação (RUF). Assim, empiricamente torna-se possível aos gestores universitários a tomada de decisões de forma a melhorar a qualidade dos cursos ofertados e também providências na melhoria do IGC da IES.

Uma das limitações deste estudo está relacionada à escolha do índice de inovação disponibilizada pelo RUF, em função deste índice medir a inovação somente por patentes. Isso porque, Donoso (2016) afirma que muitas das inovações estão fora do sistema de patentes, como as inovações em processo, por exemplo, que não se enquadram em pedidos de patentes. Diante deste fato, uma das sugestões para pesquisas futuras é a escolha de outro índice, até mesmo internacional, que meça a inovação por outros meios, ou por um conjunto destes. Outras possibilidades consistem em realizar a comparação do índice de inovação ou do IGC com outros índices disponibilizados no próprio RUF ou até mesmo em rankings internacionais relacionados às universidades.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, 2010.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educação e Pesquisa**, v. 40, p. 61–76, 2014.

BITTENCOURT, H. R.; CASARTELLI, A. DE O.; RODRIGUES, A. C. DE M. Sobre o índice geral de cursos (IGC). **Avaliação, Campinas**, v. 14, n. 3, p. 667–682, 2009.

BOWEN, F. E.; ROSTAMI, M.; STEEL, P. Timing is everything: A meta-analysis of the relationships between organizational performance and innovation. **Journal of Business Research**, vol. 63, p. 1179–1185, 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas**

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Educacionais Anísio Teixeira (Inep). IGC. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). SINAES.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BÜŞRA, A. COŞKUN, E. ÖVENDIRELİ, E. University Ranking Systems and Proposal of a Theoretical Framework for Ranking of Turkish Universities: A Case of Management Departments. **Procedia-Social and Behavioral Sciences** vol. 235, p. 128-138, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre : Bookman, 2010.

CORRAR, L. J. PAULO, E. FILHO, J. M. D. **Análise Multivariada.** São Paulo: Atlas, 2007.

DAMANPOUR F., EVAN; W.M. Organizational innovation and performance: the problem of "organizational lag". **Administrative Science Quarterly**, v. 29, p.392-409, 1984.

DARAIO, C. BONACCORSI, A. SIMAR, L. Rankings and university performance: A conditional multidimensional approach. **European Journal of Operational Research** vol. 244.3, p. 918-930, 2015.

DONOSO, J. F. A simple index of innovation with complexity. **Journal of Informetrics**, vol. 11, p. 1–17, 2016.

FARGERBERG, Jan. **Innovation: A guide to the Literature.** Centre for technology, innovation and culture, University of Oslo, Oslo. 2003.

FRANCISCO, T. H. A. et al. A relação entre o Índice Geral de Curso e o Projeto Pedagógico Institucional: Análise de Faculdades Isoladas. **Revista Alcance**, v. 20, n. 2, 2013.

FRENKEN, K. HEIMERIKS, G. J. HOEKMAN, J. What drives university research performance? An analysis using the CWTS Leiden Ranking data. **Journal of Informetrics** vol. 11.3 p. 859-872, 2017.

GARCIA, R.; CALANTONE, R. A critical look at technological innovation typology and innovativeness terminology: a literature review. **The Journal of Product Innovation Management**, vol. 19, n. 2, p. 110-32, 2002.

HAIR, J., JOSEPH F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAZELKORN, E. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 1, p. 43-64, abr. 2010.

HOFFMANN, C. et al. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 3, p. 651–666, 2014.

HORSTSCHRÄER, J. University rankings in action? The importance of rankings and an excellence competition for university choice of high-ability students. **Economics of Education Review** vol. 31.6, p. 1162-1176, 2012.

HUANG, M.-H., CHEN, D.-Z., How can academic innovation performance in university–industry collaboration be improved? **Technological Forecasting & Social Change**, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Manual dos indicadores de qualidade.** Brasília: INEP, 2011.

JIMENEZ-JIMENEZ, D.; SANZ-VALLE, R. Innovation, organizational learning, and performance. *Journal of Business Research*, vol. 64, p. 408–417, 2011.

KARABULUT, A. T. Effects of Innovation Types on Performance of Manufacturing Firms in Turkey. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, vol. 195, p. 1355 – 1364, 2015.

LACERDA, L. L. V. DE; FERRI, C.; DUARTE, B. K. DA C. SINAES: avaliação, accountability e desempenho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, p. 975–992, 2016.

LEHFELD, N. A. DE S. et al. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, p. 177–194, 2010.

LEPCHAK, A. et al. A avaliação da educação superior: um estudo sobre os determinantes de desempenho. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1111–1131, 2016.

LIN, C. Y.-Y.; CHEN, M. Y.-C. Does innovation lead to performance? An empirical study of SMEs in Taiwan. **Management Research News**, vol. 30, n. 2 p. 115-132, 2007.

OECD, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**, FINEP. 3 ed. 2005.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA (RUF). **Ranking por indicador de inovação**. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-universidades/ranking-por-inovacao/>> Acesso em: 31 de julho de 2017.

SANTOS, D. F. L.; BASSO, L. F. C.; KIMURA, H.; KAYO, E. K. Innovation efforts and performances of Brazilian firms. **Journal of Business Research**, vol.67, p. 527–535, 2014.

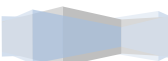
SANTOS, S. M. dos; NORONHA, D. P. O desempenho das universidades brasileiras em rankings internacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 186-219, mai/ago. 2016.

SANTOS, W. R. dos; CARNEIRO, T. C. J. Inovação e Desempenho Organizacional: Um estudo das publicações científicas da base Web of Knowledge. **RPCA – Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4 p. 58-76, out./dez. 2013.

SCREMIN, G.; DALLACORT, M. D. A CPA no Processo de Autoavaliação Institucional: Avanços e Desafios nos 10 Anos do SINAES. **Revista Meta: Avaliação; v. 6, n. 18 (2014): Revista Meta: Avaliação Set./Dez.DO - 10.22347/2175-2753v6i18.390** , 27 abr. 2015.

TERRA, N. M.; BARBOSA, J. G. P.; BOUZADA, M. A. C. A influência da inovação em produtos e processos no desempenho de empresas brasileiras. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n.3 p. 183-208, jul./set. 2015.

VERHINE, R. E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 3, 2015.



**SORRIA VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO: VIGILÂNCIA ORGANIZACIONAL DO PANÓPTICO DE
FOUCAULT À SOCIEDADE LÍQUIDA DE BAUMAN**

**SMILE YOU ARE BEING WATCHED: ORGANIZATIONAL VIGILANCE OF THE FOUCAULT
PANOPTICON TO THE BAUMAN LIQUID SOCIETY**

Isaque Guilhermando Koche, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil,
isaquegk@hotmail.com

Daiana de Marco, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil,
daiana.demarco@hotmail.com

Schirlei Stock Ramos, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, Brasil,
schirleistock@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir a vigilância a partir da revisão de paradigmas construídos e constituídos na sociedade ao longo do tempo. Para amparar as considerações do presente ensaio teórico, recorreu-se através de uma abrangente revisão bibliográfica dos principais autores como Bentham, Foucault, Bauman, Deleuze e Goffman. As definições de vigilância, assim como, os desdobramentos do panóptico são desenvolvidos no decorrer do trabalho de forma contemporânea e contextualizada. Os resultados apresentados levam a conclusão que a vigilância está interligada e impacta diretamente o contexto das organizações. Ademais, os avanços tecnológicos impulsionaram a coleta de informações, de forma que todas essas informações pessoais e comerciais possam ser guardadas, recuperadas, e viralizadas em alta velocidade. Sendo assim, se mostra como uma ameaça ao direito à privacidade e à liberdade da sociedade, tanto em nível global, quanto nacional, ou mesmo local.

Palavras-chave: Vigilância, Panóptico.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the vigilance from the review of paradigms built and constituted in society over time. To support the considerations of the present theoretical essay, we have resorted through a comprehensive bibliographical revision of the main authors like Bentham, Foucault, Bauman, Deleuze and Goffman. The definitions of vigilance, as well as the developments of the panopticon, are developed in the course of the work in a contemporary and contextualized way. The results presented lead to the conclusion that vigilance is interconnected and directly impacts the context of organizations. In addition, technological advances have driven the gathering of information so that all of this personal and business information can be stored, retrieved, and viralized at high speed. Thus, it shows itself as a threat to the right to privacy and freedom of society, at the global, national, or even local level.

Key Words: Vigilance, Panopticon.

1. INTRODUÇÃO

É nítido que a busca pela vigilância na sociedade contemporânea ampliou consideravelmente nas últimas décadas. Essa trouxe consigo a popularização de um sentimento de temor e insegurança coletivo.

“Sorria, você está sendo filmado!”. Quem ainda não se deparou com essa frase estampada em placas nos estabelecimentos? Ela, não remete apenas ao conceito de vigilância, mas também ao sentimento ou sensação de segurança que uma câmera instalada pode trazer por quem a usa e de medo para quem a lê.

É importante pontuar que o ato de vigiar é muito antigo. O ser humano sempre buscou observar o "outro". Sendo assim, é natural com a descoberta de novas tecnologias, como o satélite, a internet e os geolocalizadores, que os sistemas de vigilância também se alterem. A partir de um olhar, a vigilância eletrônica atua como um dispositivo de policiamento, de segurança pública nacional, de coleta e análise dos dados e combate ao terrorismo. Já sobre outro ângulo, a vigilância nas organizações privadas pode ser usada em prol da criação de bancos de dados para incentivar a criação de produtos e serviços com melhores indicadores de aceitação por parte dos clientes e para ter maior poder sobre funcionários e clientes.

A concepção deste ensaio é fruto de uma antiga inquietude, quanto às distintas maneiras de controle e de vigilância as quais são impostas e que de conhecimento ou até mesmo as imperceptíveis. Diante disso, o presente ensaio pretende traçar apontamentos a respeito da vigilância, desde o modelo do Panóptico até um contexto atual.

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

Atualmente os Smartphones que, independente da marca, registram todos os locais que seu portador esteve. Carregamos conscientemente ou de maneira ingênua aparelhos que podem servir como espionagem. Há câmeras instaladas nos escritórios, e-mails sendo monitorados, redes sociais, ligações telefônicas, planos de saúde e cartões de alimentação e de combustível que são constantemente usados como espionagem corporativa.

Além disso, o uso das redes sociais transformaram o que era um espaço privado para público, derrubando as barreiras físicas, antes limitadas pelas fronteiras do Panóptico. Além disso, o armazenamento de informações cresceu rapidamente, tornando nossas pesquisas no Google, conversas em chats do Facebook, e compras com cartão de crédito parte de enormes sistemas de dados.

É interessante, pois, se atualmente os dispositivos nos possibilitam filmar, identificar, registrar e rastrear dados sobre si próprios. Também presenciamos o surgimento de novos aplicativos que permitem o compartilhamento dessas informações com todo o mundo se assim o indivíduo quiser, é, portanto, uma relação direta de crescimento da exposição da sociedade. O aplicativo Snapchat, por exemplo, já possui um dispositivo que mostra um mapa virtual onde estão todos os contatos de um usuário. Ele é chamado de Snap Map, mostrando a localização das pessoas em tempo real.

Testemunhamos recentemente Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, a NSA, revelando que o governo americano vigia seus cidadãos e que conforme a denúncia, a NSA recebe diariamente documentos com todas as ligações telefônicas dos clientes da maior operadora de celular do país e mais e-mails, arquivos e perfis de redes sociais de milhares de cidadãos. Conforme Revista Exame, as empresas Microsoft, [Facebook](#) e Yahoo receberam das autoridades americanas mais de 61.000 pedidos de fornecimento de dados de usuários. A NSA, como justificativa, alegou preocupação com possíveis ataques terroristas.

Muito antes disso, a famosa distopia “1984”, último romance de George Orwell, nos apresenta a vigilância constante executada pelo Estado sobre todos os cidadãos a partir do personagem Winston. Ele vive em um ambiente de incessante tensão, promovido não somente pelo contínuo olhar de seus vizinhos delatores, como pela constante vigilância das telas do tipo de televisão habilitada para monitorar, gravar e espionar a sociedade, como um espelho dupla-face. Ademais, o livro relata a presença de diversos cartazes espalhados pelas ruas que revelam a figura imponente da autoridade suprema disposta no slogan: “O Grande Irmão está de olho em você”.

Qual é o limite da vigilância? Até que ponto, a privacidade de um profissional pode ser invadida? Questiono-me, pois há uma proliferação das câmeras de segurança nas vias públicas que resultaram em uma “visibilidade” constante da população.

Questiono-me, pois se a companhia deseja poder vigiar a saúde do colaborador, haja vista, que muitas das empresas que pagam auxílio de saúde têm acesso a quais procedimentos foram feitos e a quanto foi gasto. Também me questiono em relação à possível vigilância daquilo que o indivíduo se alimenta, pois as empresas têm a possibilidade de rastrear em quais restaurantes e supermercados os cartões foram usados e a respectiva data do uso

Questiono-me, pois, até os passos fora da companhia podem ser controlados. No momento que o colaborador utiliza o smartphone da empresa e trabalha fora do escritório, seu gestor poderá encontrar a localização exata se existir um programa de rastreamento por GPS instalado no aparelho.

Bentham propôs um modelo prisioneiro e vigiatiivo semelhante a uma formação arquitetônica de caráter coercitivo e disciplinador que possibilitava a observação total e integral por parte do poder disciplinar da vida de um indivíduo. Esse padrão obteve notoriedade a partir das pesquisas de Foucault, na década de 1970. O autor nos apresenta o Panoptismo, como uma punição que se dá pela vigilância e disciplina. A interessante metáfora do Panóptico diz que somos constantemente vigiados, ou seja, eu vejo sem ser visto e eu sou visto sem ver. Essa lógica adestra, condiciona e educa os indivíduos, sendo uma forma de poder muito sutil. Na agência bancária, no elevador, no trânsito, uma câmera e alguém estão nos cuidando, filmando e nos vigiando 24 horas por dia, evidenciando essa lógica de poder idealizada no nosso dia a dia. Por consequência, adestramos o nosso jeito de ser ou até nos comportamos de uma determinada maneira para sermos socialmente aceitos, implicando na perda da nossa real identidade. Entretanto, até que ponto precisamos nos adestrar para sermos aceitos na sociedade “Big Brother” na qual vivemos?

Na sociedade atual, talvez alguns dos princípios Panópticos continuam completamente ativos, entretanto, contemporaneamente se exerce nas novas formas de controle implementadas pelas novas tecnologias. A presença destas traz junto novas práticas e relações de poder. “No Panopticon, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências”. (FOUCAULT, 1979, p.122).

Tanto nas sociedades contemporâneas, quanto nas sociedades disciplinares, os indivíduos sentem-se controlados pela força penetrante de um olhar soberano, “o olho do poder” a que se refere Foucault, tornando-se assim “dóceis” e “úteis”, controlados por “verdades” que visam manter a ordem vigente.

Sem a ambição de findar as discussões e esgotar o tema, o propósito deste ensaio é realçar determinados aspectos da análise da vigilância realizada por Bentham, Foucault, Deluze, Bauman e GOFFMAN E UTILIZÁ-LOS NO ESTUDO DE FENÔMENOS SOCIAIS ATUAIS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo está dividido em subseções, através das quais buscou-se trazer ao leitor referências teóricas relativas ao assunto abordado, através das lentes teóricas dos principais autores.

2.1 O PANÓPTICO DE BENTHAM

O Panóptico foi um projeto de estruturação arquitetônico concebido por Jeremy Bentham, que foi um filósofo e Jurista Inglês. Inicialmente foi projetado para ser um modelo quase ideal de prisão, entretanto, logo depois da concepção a autor expandiu o próprio projeto para além de estruturas carcerárias. No projeto, o criador suprimiu qualquer subjetividade e privacidade do observado com o intuito de manter a ordem social.

A concepção original previa a construção de celas individuais no formato de círculo, e no centro ficaria uma torre. A partir do centro, seria irradiada uma luz para cada cela, fazendo com que os presos não tenham a visibilidade de quem está os vigiando. Também, no projeto inicial os presos estariam dispostos de forma isolada, com o objetivo de omitir a comunicação entre os carcerários. Além disso, o autor formatou o princípio da inspeção, com as respectivas palavras:

“é óbvio que, em todos esses casos, quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a ser desejada é que, em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição” (BENTHAM, 2008, p.20).

Outra particularidade da construção era a possibilidade que a prisão tinha de receber visitas, que na visão de Bentham era uma oportunidade do próprio visitante se apropriar do papel de guarda. Além disso, permitiria o visitante saciar sua curiosidade com o modelo carcerário. A possibilidade de visita “faz do dispositivo um local repleto de utilidades: o desestímulo ao crime, ordem e eficiência; impede o abuso por parte daqueles que são encarregados de guardar, além é, claro, de reforçar a vigilância e deixar os prisioneiros constrangidos, o que pode contribuir para aumentar o desejo de sair” (GONÇALVES, 2008, p. 74).

Bentham (2008) já afirmava em sua obra os possíveis efeitos do modelo Panóptico e a que tipos de locais que se aplicava:

“Para dizer tudo em uma palavra, ver-se-á que ele é aplicável, penso eu, sem exceção, a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas. Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas” (BENTHAM, 2008, p.20).

O Panóptico representa um poder de vigilância sobre a sociedade de forma mais aguçada que o próprio olhar humano. Não remetendo somente a um conceito de arquitetônico, mas, também a uma representação de controle social, a ideia pode influenciar direta e indiretamente o comportamento do ser que está vigiado. Independentemente de haver ou não um guarda na torre de vigilância, é nítido que no modelo do Panóptico o poder é verificável, representando um olhar de dúvida no indivíduo que está sendo observado.

O próprio Bentham(2008), afirma "(...) quanto maior for a probabilidade de que uma determinada pessoa, em determinado momento, esteja realmente sob inspeção, mais forte será a persuasão – mais intenso, se assim posso dizer, o sentimento que ele tem de estar sendo inspecionado".

Um dos principais diferenciais do projeto prisional Panóptico é o fato da onipresença de um guarda. Esse por sua vez, possui um poder que o transforma em uma indispensável ferramenta para incitar uma determinada disciplina no indivíduo, sem a necessidade de usar força física. O objetivo do vigilante é tornar o sujeito seu próprio objeto de controle, chegando ao ponto da autovigilância. A disciplina passa a constituir a essência do ser confinado, seja na prisão, igreja, escola, fábrica, família ou qualquer outra instituição disciplinar.

2.2 O PANÓPTICO DE FOUCAULT

Após a criação do Panóptico por Bentham, muitos autores tentaram fazer referência ou mesmo implantá-lo, como teoria ou até mesmo como modelo ideal de prisão. Entretanto, nenhum deles obteve tanta notoriedade quanto Michel Foucault.

Foucault foi um importante filósofo francês que dedicou grande parte de sua carreira ao estudo sobre a mente humana e a sociedade, mas, foi também o responsável por trazer e evidenciar o Panóptico, sobretudo a partir da obra *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*, em 1975, quando o debate ganhou força e novos estudos.

Ainda, o autor coloca o Panóptico como uma maneira de castigar e isolar e até observar o confinado, deixando o prisioneiro em situação de vulnerabilidade, enquanto o poder da vigilância é exercido.

Foucault cita que o perfeito funcionamento do sistema penitenciário, baseado na lógica vigilante do Panóptico, é relativo e compara com o sucesso dos hospitais em controlar e vigiar seus pacientes, das escolas para com os alunos, dos militares para com os soldados. "A prisão é a imagem invertida da sociedade transformada em ameaça" (FOUCAULT, 1996, p. 123).

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault ao discorrer sobre a metáfora do Panóptico, de certa forma, potencializa o caráter de vigilância, e dita que o poder ocorre de forma vertical, ou seja, de cima para baixo.

E tudo isso, não tem somente o viés de segurança pública ou ordem social, mas Foucault apresenta outro ponto de vista que é de tornar os indivíduos mais úteis, em relação a produzir e consequentemente, de desviar menos da norma.

O tipo de organização Panóptica possibilita a visibilidade total ou pelo menos um efeito de visibilidade permanente, garantindo o funcionamento automático do poder:

Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô,

de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há "cola", nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluios, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes. A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas.(FOUCAULT, 1987, p 166).

Para Foucault, o dispositivo Panóptico pode ser usado sempre que necessário para o sujeito ou instituição que quiser estabelecer uma multiplicidade de comportamentos específicos em lugares como hospitais, oficinas, escolas e prisões. Esse dispositivo é um impulsionador do poder, que possui a capacidade de propulsar uma relação direta entre mais produção e mais poder.

É evidente que Foucault (1987), identificou a progressão dos modos disciplinares permeando a sociedade. O autor, realmente acredita que a metáfora do Panoptismo era uma tecnologia de poder bastante real agindo sobre os indivíduos. Além disso, em uma de suas conferências publicadas "A verdade e as formas jurídicas", cita com clareza que o Panoptismo obteve papel essencial na concepção das relações de poder na sociedade moderna ocidental:

[O panoptismo] é uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 2003, p. 103)

Em uma comunidade disciplinar, a autonomia é uma utopia implantada pelo sistema que controla os comportamentos sociais. Os indivíduos se tornam submissos ao controle de seus chefes que são os detentores do poder disciplinar das instituições sociais (FOUCAULT, 1996).

Foucault olhou para diversas instituições que também utilizavam as técnicas de reclusão individual, como asilos, hospitais psiquiátricos e penitenciárias, através da manifestação do poder disciplinar determinado pela separação. Essas instituições são para o escritor “um conjunto de técnicas e de instituições” (FOUCAULT, 1987, p. 176) que funcionavam como a premissa de controlar e corrigir os ditos anormais, utilizando-se de “dispositivos disciplinares” para determinado objetivo. Sendo assim, o Panóptico seria uma expressão desses dispositivos.

Nessa prerrogativa exposta por Foucault os prisioneiros seriam encarcerados separadamente, o que dificultaria aglomeração e tornaria um controle mais simples. “A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas.” (FOUCAULT, 1987, p. 177).

Sabe-se também que não existe uma submissão absoluta ao sistema Panóptico, mas, que sempre existe oposição, como pode ser visto no trecho:

É preciso analisar o conjunto das resistências ao panopticon em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contraofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros. (FOUCAULT, 1979, p.126).

No momento em que a disciplina apropria-se da vigilância, poderá se tornar um procedimento muito eficaz. Foucault (1999), expressa que as implicações de poder, como por exemplo, autocontrole, não necessitam estar associadas a punição física, e sim à impressão de vigilância. Seria ingênuo constatar que na sociedade disciplinar temos uma grande quantidade de indivíduos vigiando; muito pelo contrário, cada vez menos pessoas estão vigiando. Sendo assim os micropoderes podem ser praticados em um único olhar, que poderia ver tudo permanentemente. A sensação que o ser observado tem é que em todo momento ele é vigiado.

A vigilância do Panóptico diretamente ou inconscientemente protege “um conhecimento sobre o homem” (Foucault, 1977: 171). Esse conhecimento é sobre “se o indivíduo” está “se comportando como deve, de acordo com as regras ou não” (Foucault, 1994: 59).

2.3 VIGILÂNCIA LÍQUIDA

David Lyon e Zigmunt Bauman (2014), através de um diálogo discorrem em “Vigilância Líquida” sobre diferentes temas ligados à vigilância e modernidade líquida, na qual o próprio Bauman define a sociedade pós-moderna como líquida e consumista. Uma sociedade em crescente evolução e fluidez, o que acarreta em transformações nas relações sociais.

O livro apresenta como idéia principal entender se de fato a tecnologia tem a capacidade de alcançar a real segurança para a sociedade ou se todas essas técnicas e aparelhos apenas transmitem uma enganadora imagem que procura dessa forma satisfazer uma sociedade global estabelecida pelo medo e pela incerteza.

Os autores citam que a polarização das redes sociais na internet como o Facebook, colocados no mundo virtual e social, sugere uma sensação de identidade e de segurança às pessoas que procuram demonstrar suas vidas pessoais e suas intimidades em posts. Em contrapartida, demonstram de maneira crítica que não é apropriado culpar a tecnologia ou a internet, pois os computadores não são responsáveis pelo que é colocado na mídia.

Em sua obra “Vigilância Líquida”, Bauman(2014) cita que o Panóptico “é verdadeiramente um espelho da modernidade em alguns aspectos relevantes. Ele (Foucault) via a disciplina como uma chave: controlar a “alma” para mudar o comportamento e a motivação”.

Para Zigmunt Bauman (1999), a tarefa principal e comum do Panóptico é “disciplinar mantendo uma ameaça constante, real e palpável de punição”, cuja estratégia principal era “fazer os súditos acreditarem que em nenhum momento poderiam se esconder do olhar onipresente dos seus

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

superiores, de modo que nenhum desvio de comportamento, por mais secreto, poderia ficar sem punição”.

Com relação ao pós-Panóptico, Bauman (2014), cita que não existe qualquer necessidade de um olhar centralizador para nos sentirmos vigiados. Já não é mais possível ver claramente os pontos de vigilância. Somos controlados e vigiados a cada movimento. A disciplina se dá a partir da disposição do próprio ser. Deixar-se vigiar é uma questão de segurança própria.

O sociólogo entende que vivemos em um mundo “pós-panóptico” e pontua que há outras formas de Panoptismo que seriam de aplicabilidade mais baratas do que o Panóptico foucaultiano, o qual é de difícil aplicabilidade e restrito a determinados ambientes.

É possível ressaltar que este “pós” no conceito de Bauman não remete a um “fim”, pois, para o autor o Panoptismo seria carregado de formas que Foucault não tinha conhecimento no momento que escreveu sua obra. Entretanto, este panóptico não teria a mesma eficácia na sociedade atual.

Para ser vigiado o indivíduo não precisaria do antigo Panóptico, pois, para Bauman, esse processo custaria caro e dispendioso, já que teria em si mesmo o seu panoptismo-pessoal que é a autovigilância e a vigilância do outro.

A segunda variação sobre o tema do Panóptico é o “ban-óptico”. Trata-se de um conceito de Didier Bigo que Bauman(2014), se apropriou. O ban-óptico consiste de um dispositivo com três critérios: excepcionalismo, criação de perfil e contenção de estrangeiros.

No ban-óptico traça-se um perfil e após coloca-se imperativos normativos e limita a mobilidade. Uma diferença deste ban-óptico com relação ao modelo foucaultiano é a sua conexão mais essencial com a insegurança e não com a disciplina.

Bauman ratifica com a proposta de Bigo e cita que em determinado momento usa-se o ban-óptico para excluir o lixo humano e depois o Panóptico para vigiá-los. Os dois podem facilmente se aprofundarem em um processo de exclusão contínua.

O Sinóptico, por sua vez, é uma citação do sociólogo Thomas Mathiesen que contrasta o panóptico com a mídia de massa. O panóptico seria a tecnologia de vigilância que poucos observam muitos enquanto o Sinóptico seria uma tecnologia no qual muitos observam poucos.

Se o sinóptico substitui o pan-óptico, não há necessidade de construir grandes muralhas e erigir torres de vigilância para manter os internos do lado de dentro, ao mesmo tempo contratando um número incalculável de supervisores para garantir que eles sigam a rotina prescrita; com o custo adicional de aplacar o ódio latente e a falta de disposição para cooperar que a rotina monótona em geral alimenta; assim como de precisar fazer um esforço contínuo para matar no nascedouro a ameaça de uma rebelião contra a indignidade da servidão. Agora, espera-se que os objetos de preocupação disciplinares dos gerentes se autodisciplinem e arquem com os custos materiais e psíquicos da produção da disciplina. Espera-se que eles mesmos ergam as muralhas e permaneçam lá dentro por vontade própria. A recompensa (ou a promessa) substitui a punição, e tentação e sedução assumindo as funções antes desempenhadas pela regulação normativa; o sustento e o aguçamento dos desejos tomam o lugar do policiamento, caro e gerador de discórdias; portanto, as torres de vigilância (tal como toda a estratégia destinada a estimular a conduta desejável e eliminar a indesejável) foram privatizadas, enquanto o procedimento de emitir permissões para a construção de muralhas foi desregulamentado. Em vez de a necessidade caçar suas vítimas, agora é tarefa dos voluntários caçar as oportunidades de servidão (o conceito de “servidão voluntária” cunhado por Étienne de la Boétie teve de esperar quatro séculos até se transformar no objetivo comum da prática gerencial) (BAUMAN, 2014, p. 72-73).

O contexto de vigilância líquida também aborda as questões de anonimato e exposição, por serem temáticas instáveis e flexíveis. Para o autor, o Big Data pode ser comparado com uma fonte inesgotável para a vigilância líquida, visto que todos os passos ou qualquer vestígio é passível de ser vigiado e capturado a qualquer momento.

Ainda segundo Bauman, “A vigilância é um aspecto cada vez mais presente nas notícias diárias, o que reflete sua crescente importância em muitas esferas de vida”. Para ele, a vigilância é uma dimensão-chave do mundo moderno, em essencial do que denomina de modernidade líquida: uma era de relações frágeis, de fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança. Para o próprio Bauman(2014) “A vigilância se insinua em estado líquido”. Tal constatação é facilmente perceptível em uma sociedade globalizada onde câmeras de vídeo constituem um elemento comum nos lugares

públicos; onde um viajante internacional sabe que, antes de poder embarcar em seu avião, precisará não apenas atravessar o controle de passaportes como também passar por dispositivos de averiguação, como escâneres corporais e aparelhos de checagem biométrica; onde se tornou usual em operações cotidianas, mesmo no âmbito virtual, mostrar documentos de identidade, inserir senhas e usar controles codificados.

Entender a vigilância líquida como um Pós-Panóptico significa entender que disciplina e segurança possuem realmente uma conexão entre si, algo que Michel Foucault não conseguiu reconhecer.

Segundo Bauman(2014), “Vigilância líquida é menos uma forma completa de especificar a vigilância e mais uma orientação, um modo de situar as mudanças nessa área na modernidade fluida e perturbadora da atualidade”. O sociólogo, ainda aponta que a noção de vigilância líquida por ele proposta ainda oferece desafios profundos no campo ético, gerando duas grandes questões a serem trabalhadas por uma ética da segurança. Uma delas é o que Bauman denomina de “adiaforização”, em que sistemas e processos de divorciam de qualquer consideração de caráter moral. Já, a outra é aquela na qual a vigilância torna mais eficiente o processo de fazer coisas a distância, de separar uma pessoa das consequências de sua ação.

Para além desses dilemas morais, a vigilância líquida se coloca também como um problema eminentemente jurídico.

Nesse sentido Bauman,ressalta:

[...] da mesma forma que o pan-ótico moderno causou profundas consequências sociais e políticas, esses efeitos ainda acompanham os poderes amplamente pós-pan-óticos da modernidade líquida. Embora a perda da privacidade possa ser a primeira coisa que vem à cabeça de muitos quando se debate o tema da vigilância, é fácil comprovar que a privacidade não é a baixa mais relevante. As questões do anonimato, da confidencialidade e da privacidade não devem ser ignoradas, mas também estão estreitamente ligadas a imparcialidade, justiça, liberdades civis e direitos humanos. Isso porque, como veremos, a categorização social é basicamente o que a vigilância realiza hoje, para o bem ou para o mal.

Bauman finaliza citando a esperança como da natureza humana e que se encontra em todas as fases e momentos de nossas vidas, mas também deixa claro que “[...] podemos ter certeza de que vai levar muito tempo até encontrarmos um refúgio seguro em que é possível lançar uma âncora [...]” (BAUMAN; LYON, 2014, p.136).

2.4 A SOCIEDADE DE CONTROLE

Em seu “Post-Scriptum sobre a sociedade de controle”, Deleuze (1992) vislumbra uma passagem no modo como a sociedade se comporta, denominando-a de “sociedade de controle”. Alegando que a sociedade disciplinar foi sobreposta pelo modelo de controle, para o autor todas as instituições (família, escola, fábrica, hospital, prisão) que confinam e vigiam estão em total crise.

Na ótica de Deleuze(1992), a percepção foucaultiana de vigiar através do modelo Panóptico é direcionada somente de maneira física e apresenta-se totalmente superada, contrariando que o controle possa provir de um único ponto no espaço. Relatou, ao contrário, que a vigilância estaria em todos os lugares, assim como uma rede, que não possui começo meio ou fim. O autor, ao explicar o ambiente de confinamento e o controle ao ar livre apresenta uma interessante metáfora a partir da “toupeira” e da “serpente” e cita que “os anéis de uma serpente [sociedade de controle] são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira [sociedade disciplinar]” (DELEUZE, 2013, p.230).

Na sociedade de Controle concebido por Deleuze(1992), o tempo está continuamente em movimento, ou seja, coisa nenhuma tem fim, ou ainda nenhum período apresenta fim, já na sociedade disciplinar, as coisas terminam para recomeçar, representando finitude. O autor, ainda cita que o tempo acelerou no compasso de um “controle que é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (Deleuze 1992 p. 224). Dessa forma, o que antes era distinto, como trabalho e lazer, agora, para Deleuze, tudo passa a ser somente trabalho.

Sabendo de toda a vigilância moderna, o âmbito social passou a ser considerado tal como objeto vigiável, em que as particularidades comportamentais, de estilo de vida, de consumo e da própria vida tornaram-se a ser verificados por enormes bancos de dados, que na grande maioria das vezes, é utilizado pelas grandes organizações estatais ou privadas. Nessa evolução, os corpos convertem-se em códigos de barra ou numerações que deveriam ser decifrados pelos sistemas tecnológicos (DELEUZE, 1992).

O texto de Deleuze (1992), não nos apresenta conclusões fechadas, mas suas idéias tem a interessante capacidade de exprimir inquietações no leitor. Além disso, o autor não tem a pretensão

de propor um novo modelo Panóptico, ou ignorar o que já foi construído, contudo, elencar contrapontos entre os dois tipos de sociedade – a disciplinar e a de controle. Independentemente de qual for a forma de sociedade, o poder é presente, apropriando-se de diferentes formas.

2.5 AS INSTITUIÇÕES TOTAIS PARA GOFFMAN

Goffman (1992) criou a terminologia “instituições totais” em referencia aos locais que aprisionavam os indivíduos, sobre regime de internação, em que um vasto grupo de pessoas internadas ficam subordinadas a um grupo menor que dirige autoritariamente a instituição separando-os do restante do convívio social.

Goffman (1992) separou essas instituições em 5 grupos: o primeiro seria criado para cuidar de pessoas que segundo o senso comum, compreenderia idosos, indigentes e órfãos e asilos. O segundo serviria para cuidar de indivíduos considerados incapazes de cuidar de si próprios e que podem ser também uma ameaça a sociedade, mesmo que de forma indireta, como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais O terceiro seria fundamentado para proteção da comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui problema imediato, assim como prisões O quarto seria o grupo criado com a intenção de realizar algum tipo de trabalho de forma mais adequada, tais como quartéis. E por fim, aquelas que servem como refúgio do mundo ou locais para instrução para religiosos, como abadias e conventos.

Em todas essas instituições para Goffman(1992), os aspectos cotidianos são efetuados no mesmo local e sob a vigilância de uma única pessoa. Tudo era realizado de forma conjunta com os outros participantes. As ordens eram rígidas e formais. Havia a divisão de dois grupos nessas instituições: internos e o da equipe dirigente. Os internos viviam em tempo integral sem qualquer contato com parte externa da instituição. Já a equipe dirigente desempenhava suas atividades profissionais e ao término retornava para suas residências. A principal tarefa da equipe dirigente para Goffman(1992) era de vigiar, ou seja, “fazer com que todos façam claramente o que foi indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros (Goffman 1992, p,18).

Ainda Goffman, sinaliza que o ser age de diferentes formas e em diferentes lugares com diferentes atores, entretanto, ao se inserir em uma instituição social que vigia, esse mesmo indivíduo passará a apresentar comportamento condizente com as normas daquela instituição em que está vinculado.

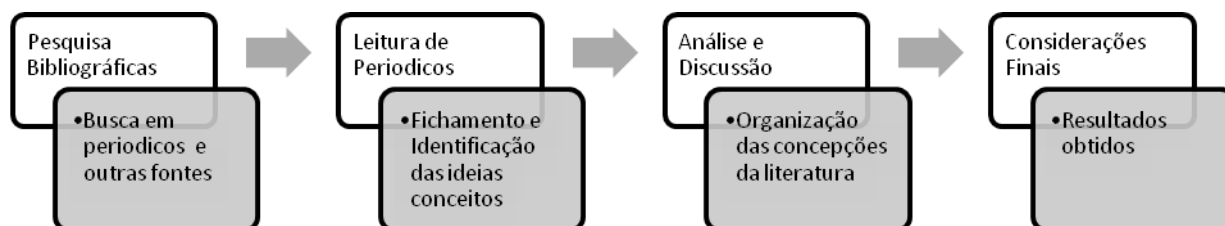
Priorizando uma ótica institucional, o autor, teve entre outros a vigilância como foco de seus estudos, trazendo a metáfora do grupo de internos que tem que se submeter a um sistema de regras e normas impostas pelas determinadas instituições dirigidas por uma equipe. Sendo assim, é possível constatar características das instituições totais ainda presente nos ambientes corporativos o comportamento e as atitudes do funcionário são permanentemente vigiados, controlados e examinados.

3.5 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Em termos metodológicos este estudo define-se como um ensaio teórico de natureza exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica em que se busca o aperfeiçoamento de idéias. O desenvolvimento desse estudo foi motivado por uma inquietação em avaliar de forma crítica como se configura os sistemas de vigilância, sendo assim, foi possível desenvolver um modelo interligado as concepções apresentadas no referencial teórico.

O presente estudo pode ser identificado como uma pesquisa bibliográfica teórico-conceitual, no que diz respeito aos procedimentos de classificação técnica, já que, segundo Gil (2007), se tem um apoio significativo na utilização de um referencial teórico já elaborado, buscando uma cobertura muito mais ampla em relação ao contexto geral.

Figura 1 - Etapas da pesquisa



ANÁLISE E DISCUSSÃO

Já passou o momento em que o conceito de vigilância era unicamente apropriado às atividades de policiamento e espionagem. Hoje, entretanto, envolve diversos casos em que nossas

III Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – III CIGECO

26 e 27 de outubro de 2017

informações pessoais são armazenadas pela iniciativa privada, com o objetivo de gerar receitas comerciais ou na avaliação de riscos de crédito, assim como pelo estado, com a finalidade compor ações de combate e prevenção ao crime.

Os avanços tecnológicos impulsionaram a coleta de informações, impulsionando assim que todas essas informações pessoais possam ser guardadas, recuperadas, e viralizadas em alta velocidade sem muitos custos. Sendo assim, uma ameaça ao direito à privacidade e à liberdade da sociedade, tanto em nível global, quanto nacional, ou mesmo local.

É de fato possível concordar com Deleuze (1992), que cita que vivemos uma sociedade de controle. Essa sociedade de controle que o deslocamento é progressivo, a senha é sua característica e o controle, executado sem limitações de tempo ou espaço.

É possível considerar que de certa forma ainda estamos vivenciando um pouco da era Panóptica através e por meio de métodos tecnológicos de observação e monitoramento social. Os avanços tecnológicos potencializaram e legitimaram esses constantes monitoramentos.

Nossa noção de privacidade, também parece que tem se remodelado. Um dos grandes propulsores da confusão de privacidade estão nas redes sociais, em que a partir delas um indivíduo comum desempenha sua própria tarefa de vigilância sobre os atos e postagens de seus “amigos”.

A partir das leituras, podemos perceber que alguns autores citam a necessidade de resistir ao modelo atual de vigilância constante para obter liberdade social e o direito primordial de ser livre da manipulação Panóptica que se vê hoje. Buscar o avanço da parcialidade como requisito é crucial para a idealização da identidade, com o propósito para que o indivíduo em seu itinerário veja que a existência excede a consciência e que ele é muito mais que um objeto vigiado.

Em nossas estruturas organizacionais foi possível verificar que aconteceu um movimento que era baseado na vigilância direta, com uma hierarquia rígida e primária, e que hoje é constatado como vigilância integral, com perspectivas da maximização e da intensidade do trabalho. O monitoramento tecnológico na produção pode ser considerado um instrumento de vigilância que manipula e controla as ações diárias do colaborador, instigando assim atitudes não por consciência ou educação, mas pelo fato de estar sendo vigiado.

É possível ainda consentir com as propostas dos diferentes autores apresentados, que citam que, que o resultado gerado pelas novas tecnologias de vigilância ocupou proporções inquietantes com o uso de tais aparatos eletrônicos-tecnológicos (câmeras de segurança, uso de satélites, programas e ferramentas globais de espionagem, etc.) e com a criação de vários mecanismos de rastreamento, monitoramento e controle à distância.

Ainda pode-se relatar que o uso indiscriminado de determinados recursos tecnológicos de vigilância em benefícios de empresas e do Estado tem afligido estudiosos e defensores das políticas públicas em todo o cenário global. Desde o protótipo de Bentham e dos estudos aprofundados de Foucault, o governo faz uso de determinadas “garantias” e “princípios” para beneficiar e propor uma certa obediência (docilidade) ao indivíduo. Resultando também o controle social e práticas para tornar um indivíduo “útil”.

Em suma, o que parecia utópico na obra de George Orwell tornou-se real: há olhos em toda parte, ou seja, um verdadeiro cotidiano social de “Big Brother”. Entretanto, o Panóptico da pós-modernidade é outro no que concerne aos controladores, pois em determinado momento é descentralizado e composto por agentes estatais e não estatais, especialmente de empresas multinacionais e grupos de interesse, que agem de maneira paralela e por vezes conflitante.

Finalmente, pode-se observar que o que Foucault citou há 40 anos foi de certa forma profético. Ele previu o que temos passado, em que independentemente de onde formos, a sensação de ser vigiado é quase impossível de não ser sentida.

Foucault, ainda acrescenta que não vivemos em uma “sociedade espetáculo”, o que me parece um tanto quanto provocativo e contraditório. Se todos podem se ver (Panóptico), ao mesmo tempo todos somos engrenagens em toda essa história. Não vivemos um teatro em que alguns são atores e outros são espectadores.

Foucault cita: “não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina Panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmo renovamos, pois somos suas engrenagens”. Como terá espetáculo se todos somos vigiados?. Talvez um grande paradoxo é se está tudo mundo sendo vigiado, quem está vigiando?.

De certa forma os mecanismo de vigilância podem ser invertidos na prática. O indivíduo que está sendo vigiado, em algum momento pode vigiar e o que não torna o recurso ineficiente.

Além disso, podemos nos conformar com o que Foucault cita “devemos ainda admitir que as prisões se parecem com as fábricas, com as escolas, com os quartéis e com os hospitais e todos se parecem com as prisões”. Isso representa que aquilo que foi o projeto inicial dos reformadores como apenas uma forma punitiva aos seres que desviaram suas condutas cometendo crimes, na verdade

foi aplicado para sociedade como um todo e em várias instituições. Nós somos sentenciados a viver em uma sociedade disciplinar e de alta vigilância, essa é umas das provocações que o Foucault está fazendo.

A partir das constatações de Foucault que a vigilância é um tipo de poder disciplinar e as disciplinas são fórmulas gerais de dominação, podemos conceituar o autor como um dos escritores mais influenciadores de uma visão pessimista de vigilância.

Imersos em bolhas que cooperamos para construir, e que fechamos os olhos para não enxergar, vivemos vigiados constantemente. Largamos mão da intimidade para não sermos inadequados, e acabamos nos tornando mais uma máquina conectada atrás de uma rede social. Postamos fotos e jogamos frases de lentes aprisionadoras que impossibilitam qualquer palavra autêntica. Talvez, estamos sob o controle do “Big Brother” para Orwell, da sociedade de controle para Deleuze, do Panóptico para Foucault e da “Vigilância Líquida” para Bauman.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, por se tratar de um ensaio teórico, limitou-se a uma discussão teórica sobre o assunto, não contemplando aplicabilidade empírica do tema proposto. Tal fato torna pouco provável o fornecimento de conclusões definitivas a respeito da vigilância. Entretanto, torna-se relevante na medida em que expõe, teoricamente, a importância de tratar a temática de forma contemporânea e contextualizada.

Isto posto, recomenda-se para futuros estudos, que sejam realizadas pesquisas empíricas, de natureza qualitativa e quantitativa, para proporcionar uma análise aprofundada dos elementos teóricos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt.; LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BENTHAM, Jeremy. O panóptico. In:TADEU, Tomaz (Org.). **O Panóptico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. P. 15-87.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992
- DELEUZE, Gilles. **Postscript on the societies of control**. In **Negotiations**, 177-182. New York: Columbia University Press. 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- FOUCAULT, Michel.. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. 1996a. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- GONÇALVES, Davison Sepini. **O Panóptico de Jeremy Betham: por uma leitura utilitarista**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, 11ª Edição.
- RULE, James B. **Privacy in peril**. Oxford: Oxford University Press. 2007.